A ESCOLHA DE SOFIA: MOTIVAÇÕES DOS(AS) ESTUDANTES DA UFF NA ELEIÇÃO DA UNIVERSIDADE E DA GRADUAÇÃO

SOFIA'S CHOICE: MOTIVATIONS OF UFF STUDENTS IN THE ELECTION OF THE UNIVERSITY AND GRADUATION

Joaci Pereira Furtado[6]
Rosane Barbosa Marendino[7]

Resumo
Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais ampla sobre práticas culturais dos(as) estudantes da UFF. Aqui comentamos os dados relativos especificamente às expectativas dos(as) alunos(as) em relação à eleição da UFF como instituição de ensino e à graduação que estão cursando. Semelhante escolha certamente não é em virtude de fatores apenas subjetivos – entendidos como fortuitos ou meramente arbitrários e aleatórios –, mas em decorrência eloquente de fatores socioeconômicos e culturais que condicionam, em boa medida, as opções dos(as) estudantes e seus horizontes de expectativas. Por isso, além de descrevermos os resultados sobre os principais motivos para o ingresso na UFF e para a escolha do curso, especularemos, tanto quanto nos for estatisticamente possível e seguro, sobre essas respostas à luz de outros indicadores, como a escolaridade e ocupação laboral de mães e pais (e essa diferença de gênero também não é casual, como veremos) e a faixa de renda familiar. Para alcançar esses resultados adotamos o método da entrevista objetiva, feita por formulário disponibilizado via Google Forms.

Palavras-chave: Universidade. Escolha. Graduação. Sociedade.

Abstract
This article presents partial results of a broader research on cultural practices of UFF students. Here, we comment on the data specifically related to the expectations of the students regarding the election of UFF as a teaching institution and the graduation they are attending. Such a choice is certainly not the result of purely subjective factors - understood as fortuitous or merely arbitrary and random -, but an eloquent result of socioeconomic and cultural factors that to a large extent condition the options of students and their horizons of expectations. Therefore, in addition to describing the results on the main reasons for joining the UFF and for choosing the course, we will speculate, as far as statistically possible and safe for us, on these responses in the light of other indicators, such as education and employment of mothers and fathers (and this gender difference is not casual either, as we shall see) and the family income range. To achieve these results, we adopted the objective interview method, made by form made available via Google Forms.

Keywords: University. Choice. Graduation. Society.

[6] Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: joacifurtado@id.uff.br ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2711-701X.
[7] Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento de Fundamentos Pedagógicos da Universidade Federal Fluminense. E-mail: rmarendino@id.uff.br ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9855-3011.

Decifra-me ou te devoro: compreendendo a UFF em meio à pandemia

As restrições sanitárias impostas pela pandemia de covid-19, adotadas descompassadamente com maior ou menor severidade nos diversos municípios e estados do Brasil, desde meados de março de 2020, forçaram todas as instituições de ensino a suspenderem as aulas, enquanto buscavam soluções para prosseguir com suas atividades educativas. A virtualização da aprendizagem – ou o "ensino remoto", conforme o termo que se tornou mais usual e tecnicamente correto –, apresentou-se como a principal, se não a única, forma de viabilizar o funcionamento das escolas, faculdades e universidades públicas e privadas. Não sem críticas, é certo, às limitações impostas pela redução do ensino e da aprendizagem aos recursos oferecidos pelas plataformas digitais desenhadas especialmente para esse fim.

Na Universidade Federal Fluminense, uma das maiores do Brasil, não foi diferente. Assim como também ela não deve ter sido a única a estimular sua comunidade a encontrar respostas para as questões que a calamidade pandêmica gerou e continua gerando – e certamente prosseguirá provocando ao longo dos próximos anos, dados os desdobramentos socioeconômicos, políticos, psicológicos e culturais que com certeza decorrerão dessa crise sanitária. Por meio de edital, a UFF instou seu corpo docente a apresentar projetos de pesquisa que, desde o ponto de vista de suas respectivas especialidades, investigassem a situação da universidade diante desse quadro.

Nós apresentamos um, pomposamente intitulado *Condições objetivas e subjetivas de aprendizagem e letramento dos(as) estudantes da Universidade Federal Fluminense no ambiente de restrições sanitárias da pandemia de covid-19*, com o objetivo de perscrutar o perfil socioeconômico e cultural do estudantado da graduação presencial da Universidade Federal Fluminense no contexto da pandemia de covid-19, mas numa perspectiva que o excedesse, pois entendíamos que a crise pandêmica seria conjuntural, enquanto que o que é estrutural seria mitigado ou acentuado pelas decorrências da doença que se espalhou rapidamente pelo planeta. Interessava-nos, em especial, as práticas de letramento (leitura e seus suportes, frequência à rede de bibliotecas da UFF, distribuição do tempo para a leitura acadêmica e recreativa, obras preferidas ou mais lidas, tempo dedicado ao estudo extraclasse e ao uso dos dispositivos eletrônicos) e de cultura (orientação sexual, relações com o sagrado e/ou com confissões religiosas, frequência a equipamentos culturais,

CC BY SA

colecionismo, atividades artesanais e/ou artísticas, práticas esportivas e uso recreativo de dispositivos eletrônicos). Essa iniciativa somou-se a uma precedente, que em 2017 havia recolhido dados a respeito desses mesmos aspectos, variando apenas em detalhes no instrumento de coleta (FURTADO, GONÇALVES & MONTEIRO, 2019). A pesquisa de 2020 contou com a colaboração dos bolsistas Jhonathan Soares dos Santos Souza, graduado em Biblioteconomia e graduando em Filosofia, e Luiz Cláudio Barros Raposo, graduando em Estatística, ambos pela UFF. A este último coube o tratamento dos dados coletados.

Cumpre esclarecer que denominamos esse conjunto de atividades como "práticas culturais", isto é, comportamentos ou ações que materializam aquilo que entendemos por "cultura" – por sua vez, compreendida como "o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social" (BOSI, 1993, p. 16). Em resumo, "cultura" como "a dimensão simbólica da vida humana" (CHAUI, 2012, p. 313). Consideramos que essa dimensão é inseparável da escolha que os/as graduandos(as) fizeram, quando elegeram o curso e a universidade onde estudam. Quer dizer, estudar na UFF e cursar certa graduação não são resultados de mero e frio cálculo do "custo-benefício" – ainda que, ao nosso juízo, este também seja culturalmente determinado, já que responde a um sistema de valores, menos ou mais explícito, menos ou mais consciente. Essa eleição e a permanência do(a) estudante na universidade integram universos de valores que se traduzem em práticas como o tempo que se dedica aos estudos e ao lazer, a religião que se confessa ou ateísmo ao qual se adere, a relação com o corpo (por meio dos esportes ou dos trabalhos artesanais ou artísticos, incluindo a música), os livros que se escolhe para ler ou a ausência de leitura espontânea no cotidiano. Supomos que é no confronto – frequentemente tenso, quando não violento – entre esses valores e essas práticas culturais e a vivência universitária que se situam as escolhas dos/das jovens que ingressam e – apesar das dificuldades e eventuais decepções – permanecem na UFF. Daí a importância de (re)conhecer essas práticas[8]. Isso

[8] Já há bibliografia brasileira expressiva, resultado de pesquisas empíricas, sobretudo no âmbito da psicologia, investigando as expectativas dos/das alunos de graduação em relação à universidade. Recomendamos, como introdução, o artigo "Expectativas de universitários sobre a universidade: sugestões para facilitar a adaptação acadêmica", de Clarissa Tochetto de Oliveira, Anelise Schaurich dos Santos e Ana Cristina Garcia Dias (2016). Além do artigo propriamente, sua bibliografia remete a considerável número de textos a respeito do tema. Há também experiências alternativas, que tentam romper o ciclo deceptivo no qual o(a) universitário(a) ingressa ao confrontar expectativa e realidade. É o caso do componente curricular (CC) "Experiências do sensível", implementado na Universidade Federal do Sul da Bahia, conforme o descrevem Augustin de Tugny e Valéria Gianella: "Seria um CC que providenciasse a recomposição do campo da sensibilidade do estudante como sujeito aprendiz durante o processo de construção do conhecimento, propondo como alternativa à sociedade anestésica o reconhecimento estético e o diálogo com as comunidades que compartilham formas sensíveis de

CC BY SA

explica o título do presente artigo, propositadamente ambíguo, que remete ao romance (de William Styron) e ao filme (dirigido por Alan J. Pakula) homônimos e que se tornou metáfora de decisão difícil, sob pressão e enorme sacrifício pessoal (como é quando o discente cursa uma graduação que não deseja).

O instrumento de pesquisa que empregamos é um formulário eletrônico, que na versão de 2020 continha 93 perguntas ou listas de opções, todas objetivas, sobre os mais diversos aspectos da vida do/da estudante, naquilo que poderia interessar à UFF no planejamento de suas ações no delongado período de distanciamento físico determinado pelas autoridades sanitárias. Período cujo fim parece nebuloso, uma vez que o presente artigo está sendo escrito em momento agudo da pandemia no Brasil, quando a média diária de mortos atinge duas mil pessoas, o total oficial de vítimas ultrapassa quinhentos mil – a despeito da subnotificação, que pode majorar esse número[9] – e a vacinação avança lentamente, favorecendo a multiplicação de variantes do coronavírus.

Além do planejamento imediato, entretanto, acreditamos que nossa pesquisa poderia contribuir para uma percepção mais precisa e complexa da graduação uffiana, combatendo preconceitos ou visões parciais e superficiais que empobrecem o entendimento de uma instituição extremamente complexa e de dimensões monumentais – e cuja relevância para o país é traduzida em números impressionantes, como aqueles da produção acadêmica e dos serviços prestados por essa que foi a universidade pública federal que mais cresceu, no século XXI.

Para estimular os/as alunos(as) a preencherem o formulário anônimo, recorremos, por meio dos dois bolsistas do projeto, a campanhas em comunidades específicas no Facebook e a e-mails disparados pelas coordenações de curso – que, por sua vez, remeteram o convite aos seus respectivos corpos discentes. Este último expediente foi decisivo para que alcançássemos margens estatisticamente seguras para a amostra que pretendíamos

ser e estar no mundo. Um pressuposto comumente admitido coloca a ordem do sensível como sendo do domínio das práticas artísticas e toda estesia como condição do processamento do estético (OLIVEIRA, 2010). No entanto, a proposta das Experiências do Sensível, aberta a todas e todos estudantes entrando na universidade, recusa essa segregação e, ao integrar a dimensão sensível como propedêutica enraizante de acesso a todos os saberes, o CC trabalha em refundar o acesso aos conhecimentos, sejam eles científicos, tradicionais, do domínio das artes ou das humanidades, dentro das experiências dos sujeitos como aprendizagem vivenciada e consciência identitária" (TUGNY & GIANELLA, 2020, p. 426). Recomendamos, aliás, a leitura do livro inteiro, que reúne diversos ensaios sobre a implementação do projeto inovador da UFSB.

[9] A USP mantém site em que analisa a subnotificação de casos de covid-19 no Brasil, que diz o seguinte: "Ao projetar o número de óbitos para o dia 21/04/2020, obtemos o valor projetado estimado de população infectada do dia 11/04/2020 de 312.288, comparado à quantidade de notificados para o dia 11/04/2020 de 20.727, temos 93,36% de subnotificação". Disponível em Análise Subnotificação – COVID-19 BRASIL (usp.br) (acesso em 11 jun. 2021).

CC BY SA

recolher. Assim, de 27 de agosto a 30 de novembro de 2020, 1.694 dos/das 40.599 estudantes matriculados(as) no ensino presencial da UFF preencheram o formulário eletrônico disponibilizado via Google Forms. Desse contingente, 1.061 cursavam a área de Humanas (o que inclui Letras, Artes e Ciências Sociais Aplicadas), 454 estudavam na de Exatas (inclusive as Ciências da Terra) e 179 estavam matriculados(as) nos cursos das Biológicas (contemplando também as Ciências da Saúde). A amostra atingiu 55,73% das 76 graduações presenciais oferecidas pela Universidade Federal Fluminense.

Em termos estritamente estatísticos, esses números significam 95% de confiabilidade da enquete, 2,33% de margem de erro e 4,17% do total de alunos(as) matriculados(as) na graduação presencial no primeiro semestre letivo de 2020 (que se efetivou, remotamente, no segundo semestre do calendário daquele ano, conforme as deliberações da UFF constantes na resolução 160/2020 de seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, datada de 14 de agosto de 2020, que "regulamenta o ensino remoto emergencial"). Além disso, os dados de 2020 podem ser comparados com os de 2017, igualmente disponíveis (para quem solicitar aos/às autores/as) e parcialmente já divulgados (FURTADO, GONÇALVES & MONTEIRO, 2019). É no cruzamento potencialmente infinito desses dados, tanto das duas pesquisas quanto no interior de cada uma delas, que se chegará às percepções complexas e profundas a que nos referimos acima. Em outros termos, cruzando as respostas às várias perguntas, é possível precisar certos aspectos do perfil da discência e da vida universitária do corpo estudantil da Universidade Federal Fluminense. Acreditamos que nossas amostras – a de 2017 e a de 2020 – contenham revelações que serão trazidas à luz somente a partir da análise dos dados por estudiosos especializados nos vários aspectos expostos pela pesquisa, o que inclui moradia, hábitos de consumo e lazer, relações entre renda e trabalho, escolaridade e letramento, práticas religiosas, raça ou cor, identidade de gênero e orientação sexual, entre outros tantos que possam surgir a partir do cruzamento desses recortes.

Este artigo apresenta os resultados relativos especificamente às expectativas dos(as) alunos(as) em relação à escolha da UFF como instituição de ensino e à graduação que estão cursando. Não nos parece que essa escolha seja tema trivial, do mesmo modo que ela certamente não é decorrência de fatores apenas subjetivos – entendidos como fortuitos ou meramente arbitrários e aleatórios –, mas decorrência eloquente de fatores socioeconômicos e culturais que condicionam, em boa medida, as opções dos(as) estudantes e seus horizontes de expectativas. Por isso, além de descrevermos os resultados

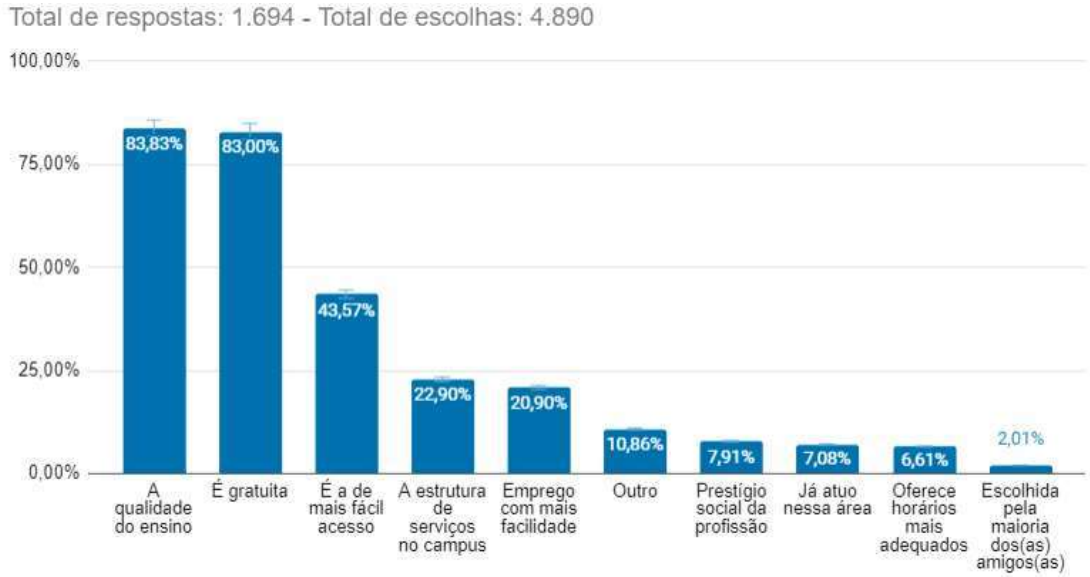
CC BY SA

sobre os principais motivos para o ingresso na UFF e para a escolha do curso, especularemos, tanto quanto nos for estatisticamente possível e seguro, sobre os resultados obtidos, mas levando em conta outros indicadores, como a escolaridade, a ocupação laboral de mães e pais (e essa diferença de gênero também não é casual, como veremos) e a faixa de renda familiar.

É bom e é de graça: motivações para escolher a UFF

Perguntamos aos/às estudantes quais foram os principais motivos para a escolha da Universidade Federal Fluminense como a instituição que os/as graduaria. A adesão a essa pergunta foi total: 100% dos(as) entrevistados(as) responderam. Oferecemos dez opções (incluindo "Outros"), podendo o(a) entrevistado(a) assinalar até três, o que resultou no seguinte gráfico:

Gráfico 1: principais motivos para a eleição da UFF



Fonte: pesquisa dos(as) autores(as) (2020). Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Disparadas e empatadas, qualidade de ensino e gratuidade são as motivações mais recorrentes para a escolha da UFF por seus/suas estudantes: 83,83% e 83%, respectivamente. O terceiro motivo mais votado, a acessibilidade física, é quase metade disso: 43,57%. Ou seja, para a maioria esmagadora dos(as) alunos(as) que escolheram a Universidade Federal Fluminense, o imperativo é aliar qualidade ao custo, com algum peso para a distância a percorrer e a facilidade com que se chega ao campus. Em quarto lugar, mas com folga significativa em relação ao motivo anterior mais votado, a infraestrutura da

CC BY SA

universidade foi, por pouco menos de ¼ dos(as) entrevistados(as), indicada como decisiva para o(a) estudante escolher essa universidade (22,90%). Bem próximo disso, ou tecnicamente empatado, o quinto motivo mais indicado é a empregabilidade de quem se forma nessa instituição (20,90%), curiosamente indicando que o mercado de trabalho pós-formatura não está entre os três principais atrativos para a maioria que opta por essa instituição de ensino superior. O "prestígio social da profissão" tem pouca relevância (7,91%), o que pode ser um indício de que, para a maioria dos/das alunos(as), o diploma não é mais um signo de distinção – ou, pelo menos, não é explícita e conscientemente percebido assim, ao menos para justificar sua eleição. Os/As que procuram uma graduação para o aprimoramento ou a formalização acadêmica da profissão que já exercem também são poucos(as): 7,08%. A adequação dos horários oferecidos pela UFF também não é um quesito relevante para a escolha do curso, conforme demonstra nossa pesquisa: 6,61%. Por fim, a influência ou a opinião dos/das amigos(as) é mínima: 2,01%.

É certo que "qualidade do ensino", por mais que sugira sua excelência, é algo bastante discutível, no sentido de que é preciso explicitar o que se entende por "qualidade", ao menos do ponto de vista dos(as) alunos(as) que a perseguem. Está aí algo a ser investigado: o que os(as) estudantes da UFF querem dizer, quando optam por essa universidade reconhecendo a "qualidade do seu ensino"? O corpo discente é unânime na compreensão dessa excelência? Para ele, ela se traduz no número de livros e artigos publicados pelo corpo docente? Ou seria a performance dos(as) professores(as) nas aulas e a relação que nelas se estabelece entre educadores(as) e educandos(as)? Ou as pesquisas nas quais os(as) educadores(as) se engajam? Ou ainda o somatório ponderado disso tudo? Não há dissenso entre os(as) alunos(as) e entre o conjunto destes(as) e os/as professores(as) e ainda entre estes(as) últimos(as) quanto à percepção do que seria um ensino universitário "de qualidade"?

Quanto à "gratuidade", as aspas se devem ao fato de que, na prática, não há ensino "de graça", mas financiado por impostos recolhidos e repassados às universidades federais e estaduais por meio dos orçamentos da União e dos estados e dos órgãos de fomento à pesquisa. O que não há, no caso das universidades públicas, é a suplementação ou a autossustentação orçamentária por meio de cobrança de mensalidades. Aqui, em nosso entender, e por motivos que merecem exame à parte, a universidade se revela insuficiente na difusão, entre os três corpos que a constitui (estudantes, professores/as e

CC BY SA

funcionários/as), de uma consciência republicana que exceda a retórica institucional ou a da militância sindical e se traduza em comportamentos que reflitam a consciência de que a universidade pública resulta de esforços sociais e coletivos, sem fins lucrativos, para gerar e compartilhar conhecimento altamente qualificado em benefício dessa mesma sociedade que a sustenta. Hoje, o acesso ao ensino superior público foi significativamente ampliado no Brasil. Como lembra Jorge Balán, na segunda década do século XXI o governo brasileiro criou "16 universidades novas (às vezes mediante a consolidação de instituições preexistentes) e uns 200 *campi* universitários" (BALÁN, 2014, p. 124, tradução nossa). É a esse investimento social e político que nos referimos, quando dizemos esperar que dele se tenha uma "consciência republicana".

O comportamento universitário carece de refletir nele a certeza de que a universidade não é uma instituição de ensino que simplesmente adestra, sem cobrar mensalidade, mão de obra especializada para o mercado de trabalho e apenas conforme as demandas dele. Antes de preparar profissionais, a universidade pública deve ou deveria formar cidadãos, no sentido radical do termo, isto é, alguém ciente do papel político (na acepção etimológica do termo, do/a habitante da *polis*, engajado/a na busca coletiva do bem comum) que lhe cabe desempenhar porque foi socialmente financiado para isso. Numa cultura política desde sempre marcada pela percepção privatista do público (CHAUI, 1995, p. 75-76), é compreensível que semelhantes atitudes sejam mesmo difíceis de concretizar, e que na hora da escolha do curso pelos(as) graduandos(as) sua "gratuidade" seja encarada como uma vantagem pessoal distraidamente concedida por um Estado com frequência visto como parasitário inimigo – e não como um custo política e coletivamente compartilhado.

A formulação acima não é fortuita e muito menos alheia à descrição do perfil subjetivo do estudantado uffiano do século XXI, gerado num contexto de bloqueio do horizonte utópico e premido pela ideologia que faz de cada existência um empreendimento de si mesma – ou, quando muito, uma recusa solitária e íntima às injunções socioeconômicas e culturais dominantes. A "psicologia neoliberal", que atomiza os sujeitos em indivíduos, encontra campo fértil no Brasil, sobretudo depois que a última insurgência juvenil radical se desfez violentamente sob ditadura militar (1964-1985). Assim, às "tentativas de oposição ao sistema pelos jovens dos anos 1960", escreve o psicanalista Nelson da Silva Júnior, "violentamente reprimidas pelas forças do Estado", segue-se a guinada espacial da "semântica da revolução pela sensibilidade", que se "dirige

exclusivamente para a interioridade. Os efeitos da vida em uma sociedade corrupta e injusta deveriam ser extirpados não mais pelas manifestações e pela luta armada nas ruas, mas sim a partir de dentro, do interior dos sujeitos" (SILVA Jr., 2020, p. 267). Diante dessa configuração, sobretudo desde os anos FHC, a formação universitária, especialmente, entendida "a partir da ideia de *habilidades e competências*", tornou-se uma das entradas, em território nacional, do "sujeito empresa" (SILVA Jr., 2020, p. 269, destaques no original):

> Lentamente, mas de modo inevitável, o conceito de "capital humano" se espalha pela sociedade, ressignificando a função da formação acadêmica na vida social e deslocando o peso do conhecimento adquirido para os rendimentos que ele possibilita. A faceta performativa desse modo de subjetivação se revela aqui com clareza, pois, ao investir financeiramente na própria formação, o sujeito se concebe necessariamente como uma empresa que deve prospectar novos mercados e optar pelas possibilidades mais lucrativas e seguras (SILVA Jr., 2020, p. 269).

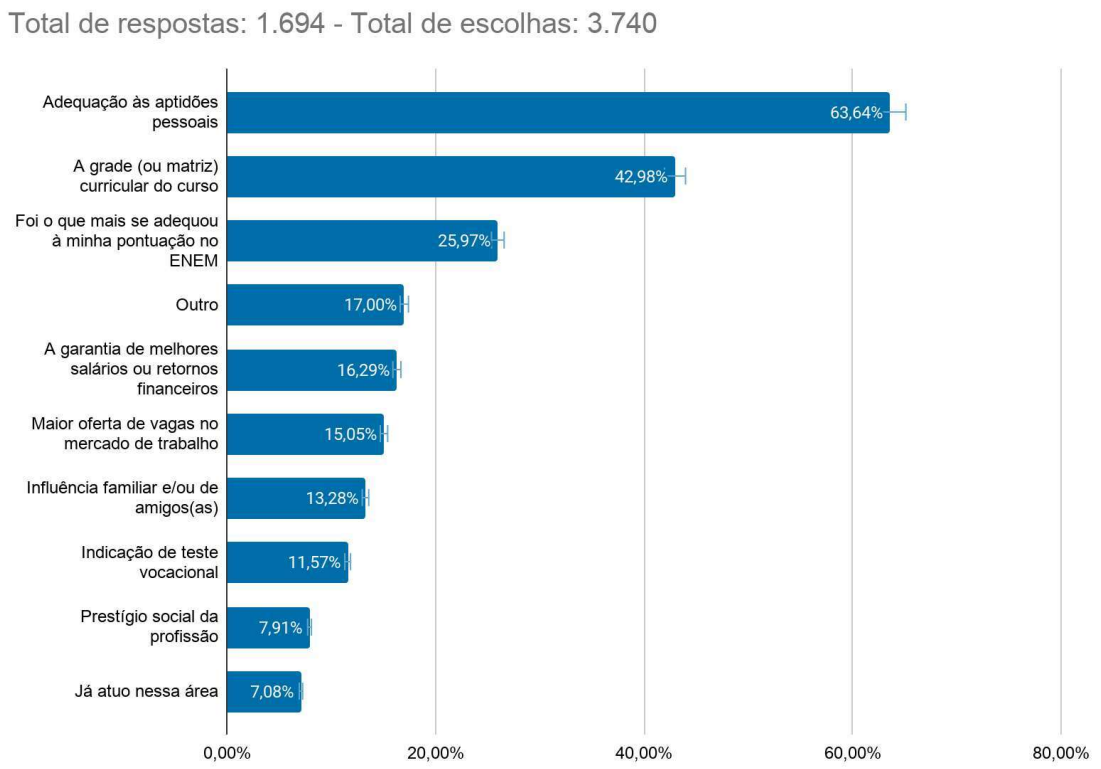
Suspeitamos que esse conceito tenha orientado, em boa medida, as escolhas investigadas aqui.

Entre o desejado e o possível: motivações para a escolha do curso

Indagamos pelas razões da escolha da graduação que o(a) estudante cursa. Reconhecemos que as dez opções oferecidas por nosso instrumento de pesquisa, numa questão objetiva, são todas de ordem pessoal. Isto é, não há alternativa que permita investigar motivações que excedam o cálculo do custo-benefício que individualmente a escolha venha a propiciar. Na hipótese de nova edição dessa pesquisa, certamente corrigiremos esse escopo, incluindo alternativas de cunho político – no sentido mais nobre e amplo que o termo possa conter –, como, por exemplo, "É uma forma de eu contribuir para a melhoria da sociedade em que vivo" ou "Com essa graduação, pretendo transformar a realidade, de algum modo". Talvez por isso os percentuais maiores deste gráfico sejam inferiores aos do anterior e as respostas (com 100% de adesão à pergunta) estejam relativamente dispersas entre as alternativas e um pouco menos concentradas, como pode ser observado aqui:

CC BY SA

Gráfico 2: justificativas mais recorrentes para a escolha da graduação



Fonte: pesquisa dos(as) autores(as) (2020). Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Quanto ao curso escolhido, a "adequação às aptidões pessoais" foi o motivo que mais pesou: 63,64%. Em seguida, mas com folgada distância, vem a grade (ou matriz) curricular do curso: 42,98%. Em terceiro lugar, 25,97% alegaram que a escolha foi a que a pontuação no ENEM permitiu. Ou seja, para pouco mais de ¼ do alunado, a graduação que cursa é a possível, mas não necessariamente a desejada – percentual que nos pareceu preocupante. Cabe atentar para o reduzido peso da remuneração e da empregabilidade presumidas pela formação universitária: 16,29% e 15,05%, respectivamente. Esses índices parecem coerentes com o gráfico anterior, onde "Quem se forma na UFF consegue se empregar com mais facilidade" ficou em quarto lugar, com 20,9%.

Há, porém, uma identidade difusa entre o que o(a) estudante percebe como suas "aptidões pessoais" e a graduação que cursa. Identidade que nos soa um tanto contraditória, quando constatamos o percentual relativamente expressivo dos(as) entrevistados(as) que assinalaram a opção "Foi o que mais se adequou à minha pontuação no ENEM". "Relativamente expressivo" porque, embora corresponda à metade da metade, não se trata de detalhe trivial, quando humanizamos esse número: se projetado para o conjunto dos 40.599 matriculados(as) naquele primeiro semestre letivo de 2020, mesmo

CC BY SA

aplicando a margem estatística de erro, isso significa um contingente igual ou 2,33% inferior ou superior a 10.543 pessoas cursando uma graduação que podem não desejar, com sérias implicações emocionais e sociais, inclusive no decorrer do próprio curso. Para esse particular reservaremos algumas especulações em outra parte deste artigo. Mas gostaríamos de aditar uma observação que nos intriga, talvez por alguma dificuldade de interpretação de nossa parte: 42,98% constituem a segunda maior motivação para a escolha da graduação, que é "A grade (ou matriz) curricular do curso". Cabe investigar se os(as) estudantes têm mesmo tamanha ciência e satisfação com as disciplinas que cursarão ou cursam ao longo da graduação, ao ponto de o currículo ser a segunda principal razão de eles/elas optarem por aquela carreira. Ou seja, o(a) aluno(a) da UFF está efetivamente consciente do que vai estudar, ao escolher ou cursar a graduação? Ou essa consciência vai se formando à medida que avança o curso? Se sim, como? Em que termos?

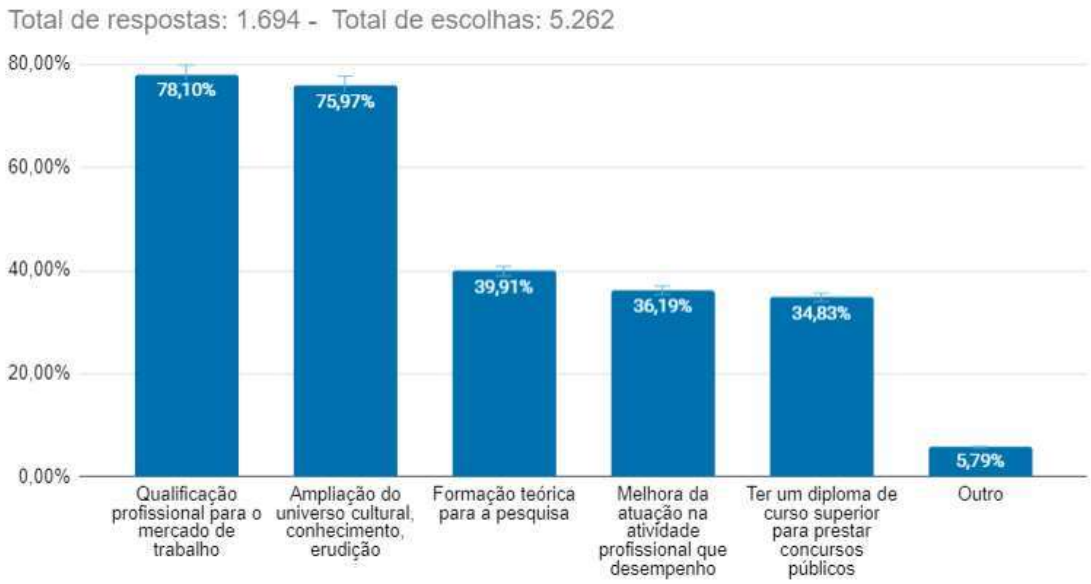
O visto e o imaginado: expectativas quanto à graduação

Conhecidas ou esboçadas as principais motivações que levaram o(a) entrevistado(a) à escolha da UFF e da graduação, passemos às expectativas de quem a vivencia – outra questão que obteve 100% de adesão entre os(as) respondentes. Em nossa enquete, perguntamos aos/às estudantes o que esperam da universidade, ao se formarem. Novamente recorremos a uma lista fechada, dessa vez com seis opções (incluindo "Outro"). Tecnicamente empatadas, e com altíssimos percentuais, as duas mais votadas foram "Qualificação profissional para o mercado de trabalho" (78,10%) e "Ampliação do universo cultural, erudição, conhecimento" (75,97%), como se vê no gráfico 3. Neste último caso, cabe destacar que a universidade continua percebida como lugar de formação cultural, além do preparo técnico ou do aprimoramento profissional. Em terceiro lugar, mas bem distantes dos dois primeiros, ainda que constitua um contingente expressivo, 39,91% esperam adquirir arcabouço teórico para a pesquisa, indicando potenciais pós-graduandos(as). Outras duas expectativas, bem pragmáticas, têm pontuação próxima entre si e igualmente expressiva: melhora da atuação na atividade profissional que o(a) respondente exerce (36,19%) – outro índice da fração do corpo discente já empregado – e ter um diploma de curso superior para prestar concursos públicos (34,83%). É pertinente ponderar o que parece uma contradição entre estes resultados e os dois gráficos anteriores: as motivações

CC BY SA

para a escolha da universidade e da carreira não coincidem necessariamente com as expectativas e com a realidade que os(as) estudantes encontram no percurso da graduação, durante a qual a esperança de qualificação profissional divide seus esforços com o desejo de expansão da subjetividade.

Gráfico 3: maiores expectativas dos(as) estudantes quanto à graduação



Fonte: pesquisa dos(as) autores(as) (2020). Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

A universidade (ou o ensino superior) habita o imaginário social como *locus* por excelência da "afirmação da liberdade da consciência como o fundamento da verdade que agora aparece para o homem no plano daquilo que pode atingir por si mesmo", segundo Franklin Leopoldo e Silva, professor do Departamento de Filosofia da USP, no ensaio "A perda da experiência da formação na universidade contemporânea" (SILVA, 2001, p. 28). Mas o mesmo autor, no mesmo texto, pergunta:

> [...] como se pode falar de consciência emancipada precisamente num contexto histórico em que as condições objetivas provocam a dissolução da subjetividade? Como educar para a emancipação se as determinações sociais e históricas pressionam no sentido da anulação do sujeito enquanto agente consciente e livre? (SILVA, 2001, p. 29).

Premidas ou condicionadas por necessidades e demandas nem sempre ajustadas às suas subjetividades, essas massas estudantis, assim como o conjunto da sociedade que integram, respondem contraditoriamente a um presente que se lhes apresenta como

CC BY SA

"absoluto" e no qual a educação, em todos os seus níveis, parece reafirmar esse horizonte de "expectativas decrescentes" tão típico do nosso tempo:[10]

> Se a perda da possibilidade da experiência formativa é "uma tendência objetiva da sociedade", correspondendo ao seu "próprio modo de produzir-se e reproduzir-se" (Maar, 1995, p. 26), e se tal tendência é acentuada no estágio atual do capitalismo, talvez não se possa esperar dos agentes históricos uma reversão do processo. O interesse historicamente estabelecido a partir da necessidade de dominação pela administração das consciências jamais poderia aceitar uma educação crítica. A situação é tanto mais complexa e grave quanto esse interesse não atua na forma de uma determinação bruta e explicitamente repressiva, mas de maneira insinuante e pela introjeção de padrões que os indivíduos acreditam serem os modos espontâneos de relação entre consciência e mundo (SILVA, 2001, p. 35).

Resta saber, pois, se, além da qualificação profissional, a Universidade Federal Fluminense tem atendido à expectativa da ampliação dos horizontes culturais e subjetivos de seu alunado, propiciando uma vida universitária que exceda a rotina das aulas e das avaliações (sobretudo quando entendidas como "provas", por sua vez compreendidas como resolução de testes ou redação de textos em sala de aula, com ou sem consulta à bibliografia). O que podemos constatar com segurança, a partir do que nos revela o gráfico 3, é que a demanda pela ampliação do universo cultural, pela erudição, pelo conhecimento (mais que pelo treinamento) é bastante intensa. Talvez por isso a maioria dos(as) alunos(as) espere prorrogar a experiência universitária: segundo nossa pesquisa, 54,2% dos(as) estudantes da UFF pretendem cursar outra graduação. E, do contingente total, apenas 4,3% pretendem fazê-lo em instituição privada. De novo, constituir-se como experiência formativa e não apenas como instância de qualificação técnico-científica é uma decisão política da instituição, em que ela não ceda tão facilmente às imposições do mercado de trabalho, da lógica empresarial do "custo-benefício" e da necessidade de se justificar perante a sociedade que a financia, "devolvendo" o investimento em caudalosos números de diplomados, de pesquisas concluídas (e devidamente mensuradas) e de serviços prestados. Nunca é demais repetir com Alcir Pécora:

[10] "Pois esse campo que começou a ser minado conforme se acirrava a luta de classes a partir dos anos 70 para os 80 do século passado, desmanchando primeiro o consenso liberal-keynesiano que comandara a trégua do imediato pós-guerra para afinal revelar, paradoxalmente, aliás, com o fim da Guerra Fria, que o horizonte do mundo encolhera vertiginosamente e uma *era triunfante de expectativas decrescentes* principiara com uma Queda espetacular, a seu modo também uma queda – pois apesar de todos os pesares a linha do horizonte era bem alta – no *tempo intemporal da urgência perpétua*: este o Novo Tempo do Mundo" (ARANTES, 2014, p. 93-94, destaques no original).

CC BY SA

> Antes, com todas as crises que atravessou, a Universidade não precisava de justificativa para existir porque parecia evidente a todos o seu papel decisivo na construção da riqueza material e espiritual da nação. Pois, agora, não mais. A Universidade tem de provar seguidamente que é útil, para quê e para quem. E o sentido mais paradoxal dessa prova é o de ter de justificar a Universidade com razões ajustadas ao novo absolutismo da sociedade de mercado, quando é justamente aí que ela perde importância (PÉCORA, 2018, p. 5).

Nada será como antes: a nova universidade de massa

De pronto é preciso esclarecer que entendemos como "universidade de massa" aquela que, especialmente na América Latina, nas últimas décadas, transitou de um modelo elitista, portanto restritivo, para outro, massivo, no qual, variando de intensidade conforme cada país, "as oportunidades de continuar os estudos estão abertas, a princípio, a todos os estudantes que completaram a educação secundária" (BALÁN, 2014, p. 107, tradução nossa).

Quando optamos por intitular este artigo como "A escolha de Sofia", remetendo ao filme homônimo dirigido pelo norte-americano Alan J. Pakula, pensávamos nos imperativos socioeconômicos que pressionam as decisões da maior parte dos/das graduandos(as) da UFF como fatores que deixam margens bastante estreitas ao livre-arbítrio. Em outros termos, supomos que condicionantes socioeconômicos objetivos interferem intensamente na escolha subjetiva da graduação a cursar. Em nossa pesquisa, constatamos que a Universidade Federal Fluminense não é o reduto de letramento apenas da classe média tradicional, aquela formada por profissionais brancos, liberais e altamente assalariados, mas uma massificada instituição pública de ensino superior cujo corpo discente é crescentemente diversificado e tendencialmente recrutado em estratos mais baixos e hegemonicamente femininos das classes média e baixa: 53,19% dos pais (ou responsáveis) dos(as) estudantes têm renda total de até quatro salários-mínimos mensais. Registre-se, porém, o expressivo percentual de famílias com renda de até dois salários: 30,93%. O contingente de pais (ou responsáveis) com renda igual ou superior a dez salários corresponde a apenas 9,86% do total de alunos(as). Por outro lado, na UFF, 53,9% dos(as) estudantes da graduação presencial exercem alguma atividade remunerada – seja trabalho (formal ou informal, 22,55%), estágio (15,41%), iniciação científica ou monitoria (15,94%). Note-se, entretanto, que, das atividades remuneradas que ocupam essa fração dos/das

CC BY SA

estudantes entrevistados(as), 31,35% são de natureza estritamente acadêmica. Por outro lado, embora os(as) brancos(as) preponderem, perfazendo 57,85% da população estudantil uffiana, os(as) autodeclarados(as) pardos(as) e pretos(as) somam 40,32%. Quando aplicamos o marcador racial ou étnico à renda familiar estimada temos a seguinte tabela:

Tabela 1: renda familiar autodeclarada, por cor ou etnia, dos(as) estudantes da UFF

RENDA ESTIMADA	Amarela	Branca	Indígena	Outra	Parda	Preta	TOTAL
Até dois salários-mínimos	1,15%	40,84%	0,19%	0,57%	37,98%	19,27%	100,00%
De dois a quatro salários-mínimos	0,27%	58,89%	0,00%	0,53%	24,67%	15,65%	100,00%
De quatro a dez salários-mínimos	0,92%	68,31%	0,00%	0,62%	22,46%	7,69%	100,00%
De dez a vinte salários-mínimos	2,40%	78,40%	0,00%	0,00%	15,20%	4,00%	100,00%
De vinte a trinta salários-mínimos	2,94%	82,35%	0,00%	0,00%	5,88%	8,82%	100,00%
Mais de trinta salários-mínimos	0,00%	87,50%	0,00%	0,00%	0,00%	12,50%	100,00%
Não sei	1,00%	62,79%	0,33%	1,66%	21,59%	12,62%	100,00%

Fonte: pesquisa dos(as) autores(as) (2020). Tabela elaborada por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Entre os(as) alunos(as) pardos(as) e pretos(as), o contingente dos(as) oriundos(as) de família com renda mensal de até dois salários-mínimos – a única na qual são a maioria – é de 57,25%, enquanto os(as) brancos(as) nessa faixa de renda perfazem 40,84%. Na faixa predominante entre alunos(as) uffianos(as), a de dois a quatro salários-mínimos, os(as) autodeclarados(as) brancos(as) são 58,89%, enquanto pardos(as) e pretos(as) somam 40,32%. Nas faixas mais altas, a partir de dez salários-mínimos, os(as) brancos(as) oscilam entre 78,40% e 87,50%. (Destaque-se, contudo, que entre os/as brancos/as, por motivos que ainda desconhecemos, é bastante alto o índice dos/as que alegam desconhecer a renda familiar: 62,79%.) Ou seja, as inversões e desigualdades estruturais da sociedade brasileira revelam-se aí sem disfarces ou relativizações. Quais reflexos o aspecto étnico-racial, cruzado com a renda, tem sobre relações didático-pedagógicas e as expectativas do corpo discente?

Quanto ao gênero, a graduação da UFF é feminina porque 69,2% se autodeclararam assim. Obviamente, essa hegemonia oscila conforme a graduação, o que poderá ser investigado caso a caso, conforme análises específicas dos dados que recolhemos. Mas esse traço acentuadamente feminino do perfil da universidade nos parece absolutamente

CC BY SA

central. A soma dos(as) que não se identificam como homens cisgêneros (1,6% de transgêneros homens, transgêneros mulheres e "outro") eleva esse total para 70,8% de respondentes. O gênero masculino, pois, perfaz a minoria dos(as) estudantes da UFF, com seus 29,2%. Sete alunos(as) não responderam. Essa feminilização e a perda da hegemonia masculina sobre o corpo discente da universidade também é um dado marcante. Como a instituição se posiciona diante dele?

Ao nosso juízo, essa rápida mudança do perfil socioeconômico dos(as) estudantes universitários(as), acelerada sobretudo nos últimos dez anos – a população universitária cresceu 66,6%, de 2009 a 2019, somente na rede federal de ensino superior (INEP, 2020, p. 23) –, não tem sido acompanhada com a mesma rapidez pela universidade, que presumivelmente ainda recruta a maior parte de seu corpo docente na classe média tradicional – tanto que docentes negros(as) compunham apenas 15,8% do professorado universitário federal, em 2019, conforme apurou o jornal *Metrópoles* a partir de dados do INEP[11] –, revelando-se institucionalmente rígida quanto às adaptações necessárias que o mundo contemporâneo demanda. Pensamos que a universidade pública brasileira precisa superar, de uma vez por todas, o modelo de ensino concebido durante a Revolução Industrial que confunde educação com adestramento de mão de obra (especializada, no caso), pressupondo uma relação de ensino e aprendizagem que se confunde com a ideia de "transmissão do conhecimento", como se o(a) educando(a) fosse mero(a) e passivo(a) receptor de um(a) emissor(a) do saber. Se a instituição pretende sobreviver às radicais transformações pelas quais a sociedade contemporânea passa, acreditamos que a primeira lição a aprender é a de que o(a) profissional do século XXI com formação superior não há de ser o que souber melhor responder, mas o que melhor souber perguntar. Falta plasticidade à instituição para quebrar velhos paradigmas pedagógicos, políticos e burocráticos, tornando suas aulas mais estimulantes e emancipadas do antigo modelo que a faz espaço isolado de "informação", contemplando a presença hegemônica das mulheres na maioria das graduações e a crescente diversidade racial, promovendo nos currículos o diálogo entre os saberes especializados e tradicionais e tornando estes parte de um efetivo todo que possa ser percebido e vivenciado enquanto tal tanto pelo(a) estudante quanto pelo(a) professor(a). Por fim, é preciso que a universidade aprenda a se adaptar às necessidades de sobrevivência que agora, mais do que nunca, se imporão a essa massa de estudantes

[11] Disponível em Professores negros são 15,8 % dos docentes de universidades federais (metropoles.com). Acesso em 20 jul. 2021.

CC BY SA

pauperizados(as) e candidatos(as) a um mercado de trabalho cada vez mais volátil, voraz, cruel, precarizado e desregulamentado, como bem o descreve Ricardo Antunes em *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* (ANTUNES, 2020).

Veja-se, por exemplo, a escolaridade das mães (ou responsáveis) dos(as) alunos(as) da UFF, com os maiores contingentes estacionados nos ensinos médio e fundamental, completo ou incompleto (52,78%, ou 53,96%, se aditarmos as que não frequentaram a escola). Na comparação com os pais (ou responsáveis), as mães têm tempo de escolaridade levemente superior ao dos homens. Elas são 30,11% com ensino médio completo e 23,14% com ensino superior completo (ou 36,07%, se incluirmos as que concluíram alguma modalidade de pós-graduação), enquanto para eles esses percentuais são, respectivamente, 28,63% e 19,60% (ou 29,69%, se somarmos os que têm alguma pós-graduação, completa ou incompleta). Note-se, nos dois, o percentual quase idêntico de mães (1,18%) e pais (1,12%) que não frequentaram o sistema escolar. Mães e pais que não concluíram o ensino fundamental também apresentam percentual bastante próximo: respectivamente, 6,2% e 5,02%. No caso dos pais, os que têm até o ensino médio completo totalizam 53,96% (ou 55,08%, se somados aos que não frequentaram a escola). Ou seja, mais da metade de mães e pais de estudantes da UFF têm entre média, baixa e, em proporção bastante diminuta, nenhuma escolaridade.

Jorge Balán, no artigo já referido, observa o peso sociológico da escolaridade de mães e pais no contexto da massificação da universidade e da ascensão da "nova classe média", que parece compor a maior parte da clientela da UFF. Diz ele que

> [...] os primeiros a aproveitar a abertura de novas oportunidades de estudo pós-secundário são estudantes provenientes de setores sociais relativamente favorecidos, em particular a nova classe média urbana que aspira a que seus filhos continuem sua formação além da escola secundária e agora encontra barreiras menores que antes à satisfação desse desejo (BALÁN, 2014, p. 108, tradução nossa).

A situação ocupacional de mães e pais (ou responsáveis) de estudantes da UFF pode reforçar essa constatação, conforme tabela 2 a seguir.

CC BY SA

Tabela 2: Situação ocupacional do(a) responsável pelo sustento econômico da família

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	TOTAL	%
Servidor(a) público(a)	270	15,94
Exerce função de nível médio em empresa privada ou pública	191	11,28
Autônomo(a) (ambulante, diarista, pedreiro/a, ou motociclista de aplicativo etc.)	187	11,04
Exerce função de nível superior em empresa pública ou privada	176	10,39
Aposentado(a) do setor público	161	9,50
Aposentado(a) do setor privado	138	8,15
Outra	129	7,62
Micro ou pequeno(a) empresário(a)	115	6,79
Empregado(a) de serviços gerais (limpeza ou faxina, manutenção, segurança etc.)	110	6,49
Desempregado(a)	87	5,14
Profissional liberal (médico, dentista, advogado/a, arquiteto/a, engenheiro/a etc.)	61	3,60
Comerciário(a)	56	3,31
Proprietário(a) ou gestor de empresa privada de grande ou médio porte (inclusive de agronegócio)	8	0,47
Trabalhador(a) rural	3	0,18
Pequeno(a) proprietário(a) rural	2	0,12

Fonte: pesquisa dos(as) autores(as) (2020). Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Há uma profusão de situações ocupacionais de baixa e média qualificação dos(as) principais responsáveis pelo sustento da família do(a) estudante da UFF – e não mais aquela uniformidade de filhos(as) de profissionais liberais, altos burocratas do Estado, latifundiários, empresários e comerciantes de grande e médio porte que caracterizava o estudantado universitário público brasileiro até pelo menos trinta anos atrás. A categoria mais recorrente, a dos(as) servidores(as) públicos(as) – embora não saibamos suas qualificações e rendas –, é de 15,94% (ou 25,44%, se computarmos os/as aposentados/as). Note-se que o segundo contingente é formado por profissionais que exercem "função de nível médio em empresa privada ou pública" (11,28%). Chama a atenção, entretanto, a fração de "autônomos(as)", que no questionário aplicado denominam trabalhadores(as) informais dos serviços (ambulante, diarista, pedreiro/a, marceneiro/a, motorista ou motociclista de aplicativo etc.): eles/elas são o terceiro contingente, com 11,04%, tecnicamente empatado com os(as) que exercem funções superiores em estatais ou na iniciativa privada (10,39%). Os/As clássicos(as) profissionais liberais são apenas 3,6% de

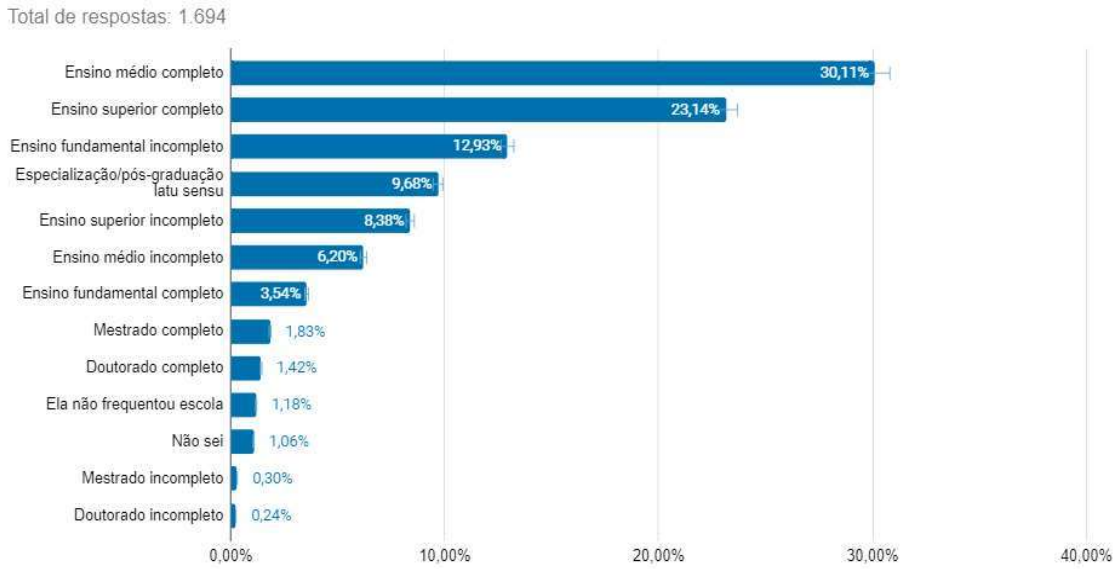
CC BY SA

chefes de família dos(as) estudantes da UFF, logo abaixo dos(as) que se encontravam desempregados(as) no momento da entrevista: 5,14%.

Supomos que a escolaridade predominante entre mães e pais seja um fator com duplo efeito: por um lado, como vimos, a graduação pode representar para os(as) filhos(as) a perspectiva de condições ou oportunidades de trabalho (portanto, de ascensão ou ao menos de estabilidade social) melhores que as que seus progenitores (ou responsáveis) tiveram; e, por outro, esboça o quadro de valores que conformaram as escolhas disponíveis para esses(as) estudantes. Queremos dizer com isso que, ao que tudo indica, essa massa de alunos(as) agora hegemônica na UFF não é originária da classe média tradicional – como também já apontamos –, aquela que vê ou via no curso superior não apenas uma qualificação para o mercado de trabalho, mas também um signo de distinção ou diferenciação social, inclusive acreditando no saber como um valor em si mesmo – ou, nos termos de Pierre Bourdieu:

> Pelas ações de inculcação e imposição de valor exercidas pela instituição escolar, esta contribui também (por uma parte mais ou menos importante, segundo a disposição inicial, ou seja, segundo a classe de origem) para constituir a disposição geral e transponível em relação à cultura legítima que, adquirida a propósito dos saberes e das práticas escolarmente reconhecidos, tende a aplicar-se para além dos limites do "escolar", assumindo a forma de uma propensão "desinteressada" para acumular experiências e conhecimentos que nem sempre são rentáveis diretamente no mercado escolar (BOURDIEU, 2015, p. 27).

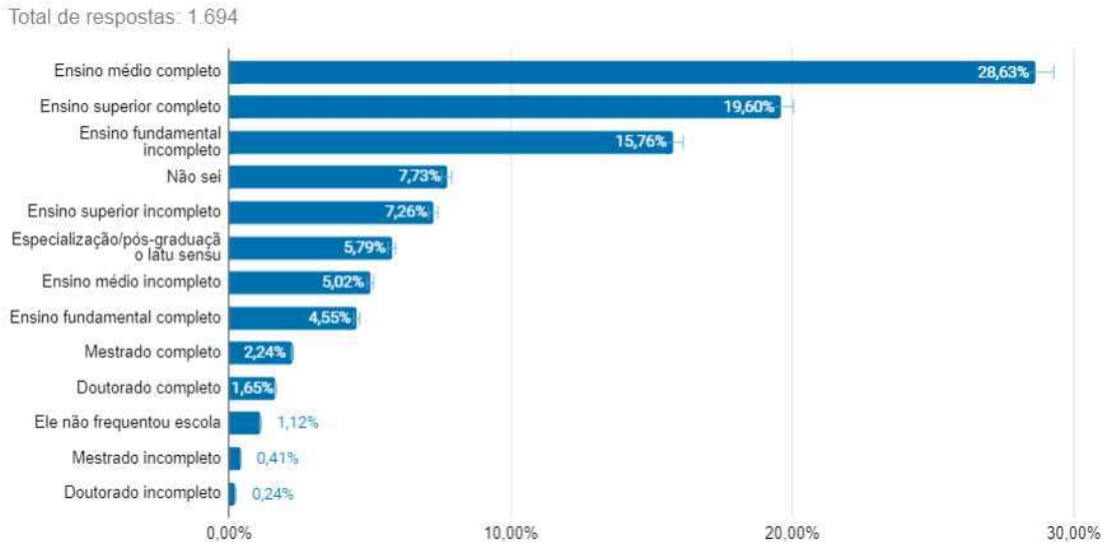
Gráfico 4: escolaridade das mães (ou responsáveis)



Fonte: pesquisa dos(as) autores(as) (2020). Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

CC BY SA

Gráfico 5: escolaridade dos pais (ou responsáveis)



Fonte: pesquisa dos(as) autores(as) (2020). Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Se nossa hipótese – fundamentada nos indícios dos números – é procedente, então é de se esperar que as expectativas dos pais, certamente bastante pragmáticas, devem exercer considerável influência subjetiva sobre a escolha dos(as) filhos(as) quanto à graduação a seguir. Maior do que aquela captada objetivamente pelo gráfico 2, onde consta que 13,28% optaram pelo curso que estão fazendo por "Influência familiar e/ou de amigos(as)". Talvez essa influência não se dê única e exclusivamente na opção pela carreira, mas também na qualidade da relação que, na prática, o(a) estudante estabelece com sua graduação em particular e com a universidade como um todo. Ou seja, na hipótese a se confirmar em pesquisa qualitativa, acreditamos que a escolha se faz também no decurso da graduação. Isto é, à medida que o/a aluno(a) vivencia a universidade, esta pode expor o(a) graduando(a) a eventuais conflitos e contradições entre as expectativas de seu entorno familiar ou de suas relações afetivas, os seus desejos pessoais (menos ou mais conscientes), a necessidade de qualificação para o mercado de trabalho e aquilo que a instituição de ensino ao mesmo tempo lhe oferece e lhe cobra (tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo). A repetência e a evasão, supomos, não são causadas por motivos apenas socioeconômicos, mas também por uma atitude de recusa (igualmente menos ou mais consciente) à uma voz exterior a administrar corações e mentes. Por isso vale a pena retomar o ensaio de Franklin Leopoldo e Silva na altura em que ele diz o seguinte:

> [...] quando se fala em emancipação, não se pode deixar de "levar em conta o peso imensurável do obscurecimento da consciência pelo existente" (Adorno, 1995, p. 143). Qual é a causa desse obscurecimento? Ela pode ser

CC BY SA

> encontrada, segundo Adorno, numa atitude de hiper-realismo que leva as pessoas a entenderem que a única conduta coerente perante a realidade (o existente) é a *adaptação*. "Se posso crer em minhas observações, suporia mesmo que entre os jovens e, sobretudo, entre as crianças encontra-se algo como um realismo supervalorizado – talvez o correto fosse: pseudo-realismo – que remete a uma cicatriz. Pelo fato de o processo de adaptação ser tão desmesuradamente forçado por todo o contexto em que os homens vivem, eles precisam impor a adaptação a si mesmos de um modo dolorido, exagerando o realismo em relação a si mesmos..." (Adorno, 1995, p. 145). A introjeção de "ideais exteriores" tornou-se um componente da vida em sociedade, no mundo administrado, de modo que a autopreparação para a adaptação e, sobretudo, a idéia de que a sociabilidade significa sempre adaptação, não permite que as pessoas notem que esse processo agride a consciência, por ser essencialmente anti-emancipatório. Trata-se da concepção de que a realidade é intocável e imutável: é este o sentido do hiper-realismo, a aceitação pura e simples à qual se segue naturalmente a adaptação, *como se não fosse possível agir de outra maneira, já que a realidade por sua vez também não pode se apresentar de outra forma* (SILVA, 2001, p. 30, destaques no original).

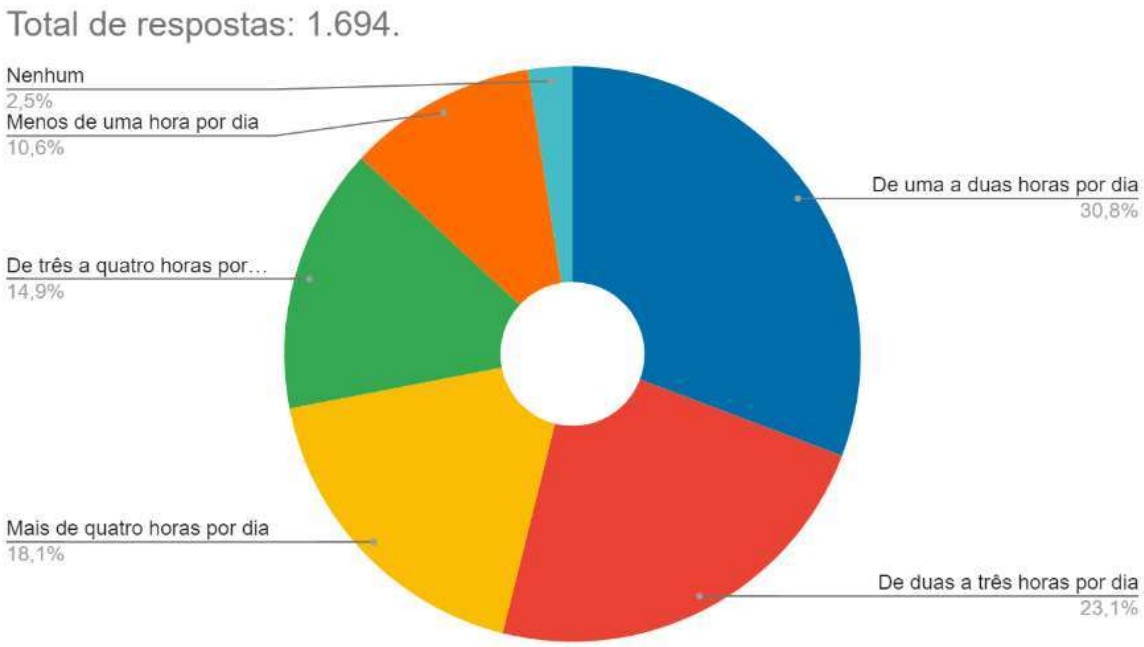
Em favor dessa especulação quanto à qualidade da relação intelectual com a vida universitária, vale anotar que, conforme verificamos em nosso levantamento, no que diz respeito aos estudos extraclasse, embora seja majoritário o contingente de graduandos(as) que busca leituras acadêmicas além da bibliografia das disciplinas (61,3%), o percentual dos(as) que se contentam com o que lhes é passado pelo(a) docente é espantoso: 38,7%. É preocupante constatar, por outro lado, que acachapantes 71,3% dos(as) estudantes entrevistados(as) não procuram seus/suas professores(as) para aprofundar o que foi discutido ou exposto na sala de aula. Indício de distanciamento hierárquico? Pouca ou nenhuma disponibilidade de tempo de ambas as partes? Dificuldade de comunicação? Desinteresse? Rigidez dos horários?

O tempo dedicado aos estudos extraclasse (gráfico 6) também é um fator a considerar, pois constatamos que 30,8% dos(as) graduandos(as) da UFF reservam de uma a duas horas diárias às leituras ou tarefas indicadas pelo(a) docente, enquanto 23,1% dizem empenhar de duas a três horas por dia nessas atividades. O segmento que mais investe tempo nos estudos além da rotina da classe – mais de quatro horas por dia – é de 18,1%. Alunos(as) que dedicam menos de uma hora ou nenhuma somam 13,1%. Esse quadro indica que pouco mais da metade da comunidade estudantil da UFF (53,9%) empenha de uma a três horas diárias para rever ou aprofundar o que foi visto nas aulas das disciplinas que cursa, numa curiosa coincidência: exatos 53,9% dos(as) alunos(as) dessa universidade exercem alguma atividade remunerada responsável por ocupar boa parte de seu tempo,

CC BY SA

indicando que não há uma relação direta ou necessária entre trabalho e falta de tempo para os estudos extraclasse, por menor que seja a quantidade de horas separadas para eles.

Gráfico 6: tempo empregado nos estudos além do horário das aulas



Fonte: pesquisa dos(as) autores(as) (2020). Gráfico elaborado por Luiz Cláudio Barros Raposo.

Verificamos ainda que 57% dos graduandos(as) presenciais da UFF afirmaram se reunir regular e espontaneamente para estudar, reforçando o que aprenderam nas aulas e talvez compensando a possível inacessibilidade extraclasse dos(as) docentes. Mas é alarmante ver 43% – ou 17.457 pessoas, se projetarmos o percentual sobre o total de estudantes presenciais – absolutamente inertes quanto a essa iniciativa e aparentemente infensos a formas de engajamento na vida acadêmica que não sejam o mínimo das aulas e algumas horas solitárias de estudo e tarefas avaliativas. Parece-nos que a ressignificação da universidade no mundo contemporâneo passa, necessariamente, por criar formas de envolvimento consciente de seu corpo discente – hoje reconfigurado, social e culturalmente, conforme buscamos descrever aqui.

Conclusão

Essa nova configuração do corpo discente da UFF – hegemonicamente feminino, tendencialmente de baixa renda, sexualmente diverso, crescentemente não-branco e majoritariamente teísta (mas essencialmente laico) – coloca questões com as quais a

CC BY SA

universidade pública brasileira não lidava, até poucas décadas atrás. É compreensível, portanto, que muitas tensões advenham daí, sobretudo na lida diária na sala de aula, onde as diferenças e conflitos sociais e culturais se manifestam com maior visibilidade ou intensidade, na relação professor(a)-aluno(a). Parece-nos que essa contradição precisa ser reconhecida pela instituição para que ela se adapte à nova realidade, o que não significa apenas flexibilizar a universidade, conformando-a servilmente às demandas do mercado de trabalho e da "produtividade" (com frequência confundindo quantidade com qualidade), como tem sido o argumento mais recorrente para justificar o financiamento social da universidade pública. Como procuramos indicar, o grosso do estudantado uffiano, com o perfil socioeconômico que hoje apresenta, demanda outra universidade, capaz de reconhecer a pluralidade dessa população e as injunções que operam sobre suas escolhas mais centrais, como é o caso da graduação a cursar. E reconhecer a pluralidade implica em repensar suas dinâmicas didático-pedagógicas, a estruturação de seus currículos, as formas de ingresso nos cursos, a lógica burocrática institucional e, sobretudo, a relação com aquilo que, ao menos em tese, define a universidade – o saber, o conhecimento, a ciência. Porque, mais que por formação, há uma demanda latente na população estudantil da UFF por algo que exceda a simples capacitação profissional, entendida como passaporte para passar à ou permanecer na classe média (ou, se possível, galgar seus estratos mais altos). Não vemos alternativa, ousamos dizer, para nenhuma universidade pública brasileira que não seja o reconhecimento dos imperativos do capital como fundamento da organização e do funcionamento da instituição – isto é, ela está inserida numa organização socioeconômica que a constitui, a determina e a disputa, inclusive simbolicamente –, bem como a recusa a essa sujeição como única forma de ela encontrar seu sentido nesse admirável mundo novo (e a alusão ao romance distópico de Aldous Huxley não é fortuita) do capitalismo tardio**.**

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** 2. ed. São Paulo, Boitempo, 2020.

ARANTES, P. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo, Boitempo, 2014.

CC BY SA

BALÁN, J. Expansión del acceso y mejoría de la equidad en la educación superior. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI.** Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 107-137.

BOSI, A. **Dialética da colonização.** São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Zouk, 2007.

CHAUI, M. **Convite à filosofia.** 14. ed. São Paulo, Ática, 2012.

CHAUI, M. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, jan./abr. 1995.

CRARY, J. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono.** Trad. Joaquim Toledo Jr. São Paulo, Cosac Naify, 2014.

FURTADO, J. P.; GONÇALVES, K. C. M. & MONTEIRO, E. da S. A leitura no intervalo: práticas culturais e leitura entre estudantes de arquivologia e biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense. **VII Seminário FESPSP**. São Paulo, FESPSP, 2019, p. 1-32. Disponível em JoaciFurtado.pdf (fespsp.org.br) Acesso em 20 jul. 2021.

INEP. **Censo da educação superior 2019: divulgação dos resultados.** Brasília, MEC, 2020. Disponível em Microsoft PowerPoint - Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019_Sem_Animacoes (inep.gov.br) Acesso em 20 jul. 2021.

OLIVEIRA, C. T. de; SANTOS, A. S. dos; DIAS, A. C. G. Expectativas de universitários sobre a universidade: sugestões para facilitar a adaptação acadêmica. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 43-53, jun. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902016000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 out. 2021.

PÉCORA, A. O ensaio na época da morte do ensaio. **Limiar**, v. 5, n. 10, jul./dez. 2018, p. 64-80.

SILVA, F. L. e. A perda da experiência da formação na universidade contemporânea. **Tempo Social**, São Paulo, 13(1): 27-37, maio 2001. Disponível em https://www.revistas.usp.br/ts/article/download/12347/14124. Acesso em 11 out. 2021.

SILVA Jr., Nelson da. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do "Pacto edípico, pacto social", de Hélio Pellegrino, ao "E daí?", de Jair Bolsonaro. In: SAFATLE, V.; DUNKER, C. & SILVA Jr., Nelson da. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte, Autêntica, 2020, p. 255-282.

TUGNY, A. de & GIANELLA, V. Experiências do sensível na formação acadêmica, a proposta da UFSB. In: TUGNY, R. P. de & GONÇALVES, G. (org.). **Universidade popular e encontro de saberes.** Salvador, EDUFBA, 2020, p. 425-435. Disponível em RI UFBA: Universidade popular e encontro de saberes. Acesso em 11 out. 2021.

Data do envio: 28/07/2021
Data do aceite: 06/11/2021.

CC BY SA